

A CARNIÇA REPUBLICANA: política e naturalismo em *A carne*, de Julio Ribeiro

Luiz Humberto Martins Arantes (UFU/FAPEMIG);Leonardo Mendes (UERJ)

A partir de 1870 o Brasil mudou. O Partido Republicano foi fundado no dia 3 de novembro daquele ano, no Rio de Janeiro. Era um partido novo e revolucionário, que tinha em seu programa a proposta radical de mudança de regime. O ideal republicano já rondava o Brasil desde o final do século 18, com as conspirações republicanas de Tiradentes e alguns intelectuais mineiros, em 1789, passando por duas sublevações republicanas em Pernambuco, em 1817 e depois em 1824, além da mais séria e longa sublevação no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845 (BOEHRER, 2000). Esses foram gritos regionais de autonomia logo silenciados pelo governo monárquico central. Mas em 1870, o ideal da república se organizava como partido político com órgão na imprensa da capital do Império. Essa novidade sinalizava uma mudança de maré na história das mentalidades do país. A causa da república deixara de ser um sonho separatista de uma região do país e tornara-se um projeto nacional que contava com o apoio crucial dos cafeicultores paulistas – um grupo que desde 1860 começara a desmontar a ordem patriarcal-escravocrata (MARTINS, 2001). A partir de 1870 a campanha pelo fim do cativeiro se intensifica e expande. A escravidão era uma vergonha – e a monarquia um anacronismo – para um país que desejava compartilhar dos triunfos da modernidade européia, das maravilhas da tecnologia e do bem-estar do progresso. Nos últimos trinta anos do século 19, o Brasil queria ser moderno e sua literatura também.

Foram anos de “alvorço”, nas palavras do contemporâneo José Veríssimo (1954, p. 283). Reter a palavra “alvorço” é importante para não perder de vista a impressão (sempre animadora) de que novos horizontes de experimentação política e literária se abriam no Brasil, e não só no Rio de Janeiro. Do nordeste – especialmente do Maranhão, do Ceará e de Pernambuco – veio o grosso da produção intelectual e literária do período (PEREIRA, 1988). Os notórios exageros de Silvio Romero não lhe retiram (nem de seu grupo na Escola do Recife) o mérito de ter introduzido, pela primeira vez no país, um saber “secular e temporal”, afastado de concepções religiosas (VENTURA, 1991, p. 12). Num país profundamente católico como o Brasil, descartar Deus não era coisa que se fizesse sem contrair inimigos. Mas foi nas duas últimas décadas do século 19 que se escreveram os primeiros romances modernos, sem transcendência, na história da literatura brasileira. Esse foi o romance naturalista, embora o romance tardio de Machado de Assis possa também ser incluído aqui. Como outros escritores e intelectuais da época, o maranhense Aluisio Azevedo (1857-1913) e o cearense Adolfo Caminha (1867-1897) eram ateus, republicanos e abolicionistas. O alvorço do período se pode detectar na energia antropofágica de *O cortiço* (1890) e nas subversões hierárquicas, raciais e sexuais de *Bom-Crioulo* (1895) (MENDES, 2000).

O romance naturalista brasileiro talvez tenha sido a mais arrojada manifestação cultural do “alvorço” anti-religioso, republicano e abolicionista das últimas décadas do século 19. Essa plataforma política liberal (ou liberalizante) viabilizou o ingresso na literatura de uma população considerada até então indigna de representação social e literária: negros, pobres, mulatos, capoeiras, desocupados de toda espécie, *gays* e lésbicas (BUENO, 1992). E essa audácia levou a outras. Pela primeira vez uma escola literária elegia o corpo humano como objeto de interesse e investigação verdadeiros.

O vocabulário científico da sexologia recém-inventada mal podia disfarçar a audácia da ficção. Em *O cortiço*, lá estava a lavadeira Leocádia tendo relações sexuais com o adolescente Henriquinho em troca de um coelho. Lá estava também D. Estela, uma senhora de posses, odiando o marido a despeito do sexo estupendo. Em *A normalista* (1893), romance de estréia de Adolfo Caminha, lá estava o quarentão João da Mata seduzindo e engravidando sua afilhada Mara do Carmo. No limite máximo do alvoroço, lá estava o marinheiro negro Amaro, em *Bom-Crioulo*, tendo ereções sempre que se lembrava do grumete Aleixo. No romance naturalista, o corpo humano – exigente e definitivo – é uma presença indesculpável.

Mas nenhum corpo chocou tanto a crítica e o público leitor quanto o da jovem Lenita, a protagonista do romance *A carne* (1888), do escritor paulista Julio Ribeiro (1845-1890). A carne pode ser outro nome para o corpo. É um romance (frequentemente pedante) sobre um corpo, suas transformações, surpresas, exigências e frustrações. O aspecto mais chocante desse corpo era a sua elevada posição social. Lenita é uma jovem rica, de vinte e poucos anos, filha inteligentíssima do Dr. Lopes Matoso, que se retira para uma fazenda no interior de São Paulo depois que perde o pai. Até então não tivera interesse por homens, mas na fazenda acaba por dormir com Manduca Barbosa, homem casado e filho já quarentão do proprietário da fazenda, numa cena de sexo longa e detalhada. Para a época, era inacreditável que uma jovem instruída e bem educada se comportasse assim. José Veríssimo julgou o comportamento de Lenita digno de uma “mucama desbriada de fazenda” (1894, p. 20). Isso era coisa de prostituta, disse em seguida. Alfredo Pujol, escrevendo no ano da publicação do romance, julgou ser *A carne* “um misto de ciência e pornografia” (2002, p. 324). Na fórmula curta, era “carne crua” (p. 334). Para o padre Senna de Freitas, o romance era mesmo carne podre – uma *carniça* –, cujo destino, escreveu, era a “carroça de lixo” que passava todas as manhãs na frente de casa (1901, p. 247).

O trocadilho “carniça” sugere degeneração e decadência. Na pena de Senna de Freitas, a decadência que o romance dramatiza é essencialmente moral. Lenita era moça virgem e só há uma cena de sexo (ainda que arrebatadora) no romance, mas isso era suficiente para julgá-la ninfomaníaca – uma condição de degenerescência nomeada e fixada pela psiquiatria no final do século 19 (PICK, 1989). Mas o trocadilho também sugere tapeação e falsidade. A carne era fajuta – era *carniça*. Na linguagem da crítica literária, diziam-se inverossímeis a protagonista e o romance. Alfredo Pujol entendeu que Lenita era um tipo falso, que não se encontrava na sociedade e “cuja existência de forma alguma se pod[ia] admitir” (2002, p. 327). Desde então, a fama de livro falso e fracassado nunca mais abandonou *A carne*. Mesmo assim, uma outra fama – a de livro erótico – lhe garantiu a sobrevivência de contínuas reedições, muitas vezes vendidas em banca de jornal em meio a revistas pornográficas (BULHÕES, 2002). Talvez por isso mesmo, quando, na década de 1950, Lucia Miguel Pereira confirmou a falsidade da composição, estava selado o estatuto de *A carne* como obra menor. A premissa do livro e da ficção naturalista, diz a crítica – a de que a vida física se sobrepõe à vida moral – era falsa. Apesar de seu poder descritivo como romancista, Julio Ribeiro, escreveu Pereira, “só conseguiu compor um livro ridículo” (1988, p. 129).

O objetivo desse estudo é reter a palavra *carniça* no sentido de falsificação, deslocando-a, entretanto, do campo da moral para o campo da política. A hipótese do trabalho é que o fracasso de *A carne* é, em primeiro lugar, da ordem da política, e que o fracasso literário resulta desse fracasso primeiro. O romance será tomado como *ato socialmente simbólico* (JAMESON, 1992), como artefato cultural onde se lê uma história fundamental do Brasil no final do século 19: a história do desejo de um país

republicano e livre e da frustração – do fracasso, da falsificação – desse desejo. O furor anti-monárquico dos escritores naturalistas é bem conhecido. O entusiasmo pela ciência e pelo projeto de desvendar domínios pouco explorados da vida humana (como a sexualidade), unia, por meio do arsenal teórico positivista, a idéia de progresso à condenação da Monarquia e a sua substituição pela república (CARVALHO, 1990). Em 1885, numa cerimônia em homenagem a Vitor Hugo, o naturalista Adolfo Caminha não escondeu seu ardor republicano diante de Pedro II (RIBEIRO, 1967). Júlio Ribeiro pregava abertamente pela causa republicana em seu jornal *O Sorocabano* – fundado por ele na cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, em 1870 (BULHÕES, 2002). Na publicação não se liam anúncios sobre escravos fugidos, por veto expresso do escritor (MONTELLO, 1986). Como se configura, então, a plataforma republicana e abolicionista em *A carne*?

É inegável que há no romance uma investida moderna e secularizante. Lenita e Manduca são dois ateus assumidos. Para eles o conhecimento é sempre empírico – nunca revelado por uma entidade transcendental, mas sempre adquirido e sistematizado pela observação e análise da inteligência humana. Ao final, quando Manduca morre, há a certeza de que a morte é o fim da consciência e de que nada sobrevive ao aniquilamento do corpo. A carne é tudo o que temos. Trata-se de uma crença importante da narrativa, ainda que ela nem sempre valha para a resolução de todos os conflitos e ainda que a obra esteja entulhada de vocabulário médico-científico. Mas esse desejo de secularização permite ao romance romper parcialmente com algumas hierarquias e configurações sociais, no melhor estilo naturalista. A autonomia relativa de decisão e opinião que Lenita tem na narrativa é efeito disso. Sim, ela é uma jovem de recursos, mas o sentido que tem de sua pessoa, de seus desejos e talentos, é fruto de uma visão pragmática e materialista do mundo à sua volta. Lenita ignora as expectativas que a sociedade patriarcal-escravocrata tinha de moças de sua idade e posição e talvez nem mesmo a crítica literária pudesse perdoar isso. Mas, como Manduca, Lenita achava o casamento uma instituição falida, e, como ele, era a favor do divórcio. Num gesto radical de autonomia, imagina-se capaz de viver sozinha em São Paulo e de manter relações íntimas passageiras com outros homens da sociedade.

Há outros elementos modernos em *A carne* – como o esforço às vezes exagerado de banalização da sexualidade –, mas o tratamento ficcional do elemento servil denuncia a ausência de uma cultura política republicana autêntica no romance e, poder-se-ia dizer, na sociedade brasileira das duas últimas décadas do século 19. É surpreendente que todos os comentadores da obra tenham se concentrado na vulgaridade inacreditável da protagonista e deixado passar sem comentários o entorno patriarcal-escravocrata do romance. Ao contrário de *O cortiço* e de *Bom-Crioulo*, *A carne* não é um romance urbano. Ele se passa numa fazenda de açúcar na região oeste da província de São Paulo. A fazenda mantém escravaria numerosa e é administrada pelo coronel Barbosa, pai de Manduca. Quando Lenita chega, o coronel designa dois escravos para o serviço de quarto: “uma mulatinha esperta, de alta trunfa e cor deslavada, e também um molecote acaboclado, risonho, de dentes muito brancos” (RIBEIRO, s/d, p. 5). Lenita, que tinha opinião para tudo, achou muito natural o gesto do anfitrião. Menina inteligente e curiosa, com tempo vai se inteirando sobre os negócios do coronel e supõe que as rendas da fazenda e do município deveriam crescer “em futuro próximo, dada mesmo a eliminação do fator servil” (p. 20). É como se o romance e Lenita desejassem o fim da escravidão sem que sentissem necessidade de abrir mão da mucama ou do serviço de quarto.

Na verdade, no Brasil, como argumenta Renato Lessa, a associação entre o pensamento abolicionista e o republicano nem sempre foi óbvia e imediata. O Manifesto Republicano de 1870 foi redigido em “tom moderado e inespecífico, buscando não impedir a adesão de liberais descrentes da Monarquia e de escravocratas descontentes com a política abolicionista do império” (LESSA, 2001, p. 15). De São Paulo veio o maior número de adesões à causa republicana, mas a primeira circular do Partido Republicano da província, em 1872, contornou a questão do elemento servil, “pois embora não se opusesse à idéia da abolição, não se pronunciava, definitivamente, em favor desta” (BOEHRER, 2000, p. 86). Em 1873 reuniu-se o primeiro Congresso do Partido Republicano de São Paulo, na cidade de Itu. No segundo dia foi aprovado um manifesto sobre a escravidão que repetia o tom evasivo da circular do ano anterior. O trabalho escravo era evidentemente um incômodo para a causa republicana, mas o partido não queria (ou achava que não podia) alienar elementos da elite paulista que mantinham interesses escravistas. A solução foi declarar que a escravidão era um problema para ser resolvido pelas províncias individualmente e que a abolição seria feita com indenização aos proprietários (BOEHRER, 2000). Mas a abolição seria feita pelo governo imperial, antes da república, sem indenização e válida para todo o território nacional.

Essas contradições, hesitações e ambivalências estão todas em *A carne*. Lenita, com sua mente moderna, achava que a abolição do trabalho escravo poderia ser até um bom negócio para os fazendeiros paulistas, mas isso não queria dizer que ela tivesse também um plano de inclusão da população negra na república que se ia formar. A falta de espírito republicano do romance fica clara quando Lenita, logo no início da narrativa, ao sentir-se irresistivelmente atraída pela estátua de bronze de um gladiador com “os bíceps encaroçados”, sente-se como “um animal qualquer”, “como uma negra boçal” (RIBEIRO, s/d, p. 11). No capítulo V, num arroubo de espírito humanitário, Lenita pede ao coronel que retire o ferro de um escravo fujão por ser aquilo uma “barbaridade”. O coronel aceita, mas faz também seu discurso a favor da escravidão, afirmando que essas histórias “modernas” de abolição e igualdade eram invencionices sem consequência e que “preto precisa de couro e ferro como precisa de angu e baeta” (p. 22). Sem ferro, como previra o coronel, o negro fugiu. Depois de recapturado, foi castigado com cinquenta golpes de “bacalhau” – um instrumento de tortura que o narrador meticuloso do romance ensina como se faz no capítulo VI. Num toque final de sadismo, vemos a mesma Lenita assistir à punição do escravo fujão através de um buraco que ela própria abria secretamente na parede da casa do tronco. Ao final, “um sorriso cruel, gelado, arregaçava-lhe os lábios” (p. 29).

Ao mesmo tempo em que o romance sugere que a opinião do coronel sobre os negros era mais verdadeira do que a de Lenita, o narrador abre o capítulo XIII com uma crítica dura ao latifúndio. Diz que no interior da província de São Paulo “vivia-se em pleno feudalismo” até a data de publicação do romance (p. 93). Ataca o poder absoluto dos fazendeiros e denuncia a prática de assassinatos de “pessoas livres”, a manutenção de cárcere privado nas fazendas e o desrespeito acintoso pelos representantes do poder público. Revela as artimanhas jurídicas que davam ao latifundiário autonomia para conduzir ele mesmo a punição de crimes cometidos por escravos e diz que todo tribunal absolvía “infalivelmente” qualquer abuso de poder da parte do senhor. A crítica à autonomia inaceitável – definitivamente anti-republicana – do latifúndio escravocrata serve para explicar, na economia do romance, por que um crime hediondo fora cometido sem que as autoridades da vila se movessem. Mas o crime cometido, sintomaticamente, foi o linchamento (no capítulo anterior) do pai de santo Joaquim Cambinda pelos escravos da fazenda, e não abuso de poder do coronel

Barbosa, que antes era “homem bom e compassivo”, na descrição do narrador (p. 93). Em *A carne*, a crítica ao latifúndio escravocrata não implica necessariamente a solidariedade ao negro. O romance não sabe o que fazer com ele na república.

A história do pai de santo Joaquim Cambinda é exemplar da dificuldade do romance em incluir o ponto de vista negro como configuração narrativa. O feiticheiro é personagem importante da obra, que lhe dedica um capítulo inteiro dos dezoito que compõem a narrativa. É um capítulo estranho, deslocado do eixo central que descreve a história do casal moderno Lenita e Manduca. Há nele um esforço antropológico típico do romance de Zola, com o registro de coreografias, cantigas e instrumentos musicais dos escravos, além de diálogos em dialeto africano que vêm traduzidos pelo autor em notas de pé de página. O capítulo, entretanto, é sombrio e de uma ambigüidade brutal. É noite e os escravos estão reunidos à volta de uma fogueira para comemorar o fim da capinação. O narrador se admira do ritmo feroz dos atabaques e da “prodigalidade de movimentos” das danças (p. 55). Ao mesmo tempo, chama a atenção para a “catinga africana” “sufocante” e “insuportável” que o terreiro exalava (p. 57). A voz do cantor era “fresca” e tinha uma “doçura infinita”, mas se fechássemos os olhos, imagina o narrador, “não se podia crer que sons tão puros saíssem da garganta de um preto, sujo, hediondo, repugnante” (p. 56). Mais forte do que as convicções antropológicas do narrador foi o “cheiro humano áspero” dos negros da fazenda – um odor que “entontec[e] o cérebro” e como tal desmonta a ciência e a razão do narrador.

No romance, uma aura de mistério paira sobre os escravos, suas crenças e hábitos. Quando a dança termina, Joaquim Cambinda recebe os escravos em seu paiol e lhes ensina como resistir ao homem branco por meio de mandingas e feitiçarias. Naquele dia iniciava o escravo Jerônimo na irmandade de São Miguel das Almas. O romance não esclarece o que seria isso, mas podemos supor que fosse uma espécie de resistência organizada pelos escravos à opressão do sistema patriarcal-escravocrata. Mas os feitiços eram a única arma de luta. Os irmãos de São Miguel das Almas sabiam, por exemplo, que “uma lasca de pedra de ara, furtada a uma igreja, fecha o corpo, torna-o invulnerável a tiros de arma de fogo e a pontações de arma branca” (p. 60). Para mostrar seu poder, Joaquim Cambinda atravessou várias vezes uma agulha comprida de coser sacos pelo braço de uma negra voluntária, sem que ela sentisse dor ou sangrasse. No capítulo seguinte ficamos sabendo que eram obra do pai de santo tanto o reumatismo do coronel quanto a doença que havia anos mantinha a mãe de Manduca entredada na cama. O feiticheiro diz para o fazendeiro que a “obrigação de preto [era] fazer mal a branco sempre que p[udesse]” (p. 90). Com esse intuito confessou ter matado por veneno dezenas de escravos da fazenda. Ao saber disso, os parentes dos mortos lincham e botam fogo em Joaquim Cambinda. O olfato apurado do narrador naturalista pôde sentir no ar “um cheiro acre de gorduras fritas” (p. 92).

As tênues convicções republicanas e abolicionistas de *A carne* confirmam a idéia de que a luta pela república no Brasil foi uma “aventura” (LESSA, 2001). Ao escolher o interior de São Paulo como lugar de ação de seu romance republicano, Julio Ribeiro esbarra numa cultura patriarcal-escravocrata que se mostra mais resistente do que suas convicções políticas. O cenário interiorano irremovível era – como também mostraria anos depois Euclides da Cunha – um paradoxo e um impasse para o sonho republicano (NEVES, 2003). O sentido de artificialidade de todo o empreendimento levou a historiografia do período a chamar a proclamação da República de “golpe militar” (NEVES, 2003, p. 30) – a ação decisiva de alguns setores da elite nacional com a ajuda dos militares. Ainda que a fazenda do coronel Barbosa estivesse na região onde mais cresceu o partido republicano no Brasil, nem

mesmo os republicanos paulistas deixaram de ser prudentes e aceitar as regras do jogo, nem pretenderam em algum momento incluir o *demos* no projeto da república (LESSA, 2001, p. 16). Nas palavras do cientista político Renato Lessa, “é um engano supor que o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 [tenha sido] a materialização de um *projeto*, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana” (2001, p. 15). O romance *A carne*, nos seus próprios alvoroços, erros e fracassos, dramatiza a improvisação e a falta de cultura política republicana no país.

Nesse sentido, poder-se-ia ler o suicídio de Manduca ao final do romance como uma figuração narrativa do impasse político da obra. A morte por auto-envenenamento do filho do coronel é um pouco precipitada e suas razões – o rompimento intempestivo com Lenita – parecem falsas ao leitor. Mesmo assim, o suicídio de Manduca passa a impressão de que não há saída para a história e põe a nu o curto-circuito de um romance que é ao mesmo tempo latifundiário e republicano, racista e abolicionista. O recuo ideológico se confirma quando Lenita, que tantos sonhos nutria de autonomia e liberdade, no último capítulo sente a necessidade de se casar com um antigo pretendente para dar respeitabilidade ao seu filho com Manduca. As coisas terminam nos seus devidos lugares e ninguém se lembra mais das matanças e violências que aconteciam na fazenda. Ao final, a política do romance é tão falsa quanto o “gabinete de física eletrológica” montado por Lenita e Manduca na sala do coronel (RIBEIRO, s/d, p. 42). A carne não passava de carniça republicana.

Referências Bibliográficas

BOEHRER, George C. *Da monarquia à república. História do Partido Republicano do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

BUENO, Eva Paulino. Brazilian naturalism and the politics of origin. *MLN*, Baltimore, v. 107, no. 2, p. 363-395, 1992.

BULHÕES, Marcelo. Leituras de um livro obscuro. In: RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 9-59.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FREITAS, José Joaquim de Senna. *Luctas da penna*. Lisboa: Typographia Universal, 1901.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-58.

MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da república*. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDES, Leonardo. *O retrato do imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Coleção Memória das Letras, 7. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MONTELLO, Josué. A ficção naturalista. In: Coutinho, Afrânio (org). *A literatura no Brasil*. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 69-90.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-44.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Prosa de ficção. História da literatura brasileira de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PICK, Daniel. *Faces of degeneration. A European disorder: 1848-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PUJOL, Alfredo. *A carne*, de Julio Ribeiro. In: RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 323-355.

RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Edição Saraiva, s/d.

RIBEIRO, Luís Felipe Sabóia. *O romancista Adolfo Caminha*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1967.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. *Estudos Brasileiros*. 2ª. série (1889-1893). Rio de Janeiro: Laemmert & C., Eds., 1894.